



## Relações entre família e escola no desenvolvimento de crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus

### Family-school relationship in the development of children with Congenital Zika Virus Syndrom

### Relaciones familia-escuela en el desarrollo de niños con Síndrome Congénito por el Virus del Zika

Camyla Antonioli<sup>1</sup>



<https://orcid.org/0000-0002-5488-3465>

Érica Costa Vliese Zichtl Campos<sup>2</sup>



<https://orcid.org/0000-0001-9379-7319>

Márcia Denise Pletsch<sup>3</sup>



<https://orcid.org/0000-0001-5906-0487>

**Resumo:** Este artigo discute as vivências e expectativas maternas sobre a escola e o desenvolvimento de crianças com deficiência múltipla decorrente da Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). Uma pesquisa qualitativa foi realizada com base em entrevistas semiestruturadas com quatro mães de crianças com SCZV, residentes em municípios da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O artigo argumenta que o acesso à Educação Infantil em turmas comuns contribuiu ao desenvolvimento das crianças. Também foi verificado que, em complemento às ações desenvolvidas pelos professores na escola, as mães desempenharam um papel importante ao estimular a funcionalidade das crianças em casa. Portanto, conhecer as concepções maternas se mostra relevante, visto que elas podem contribuir para práticas inclusivas, favorecendo a participação da criança com SCZV nas atividades escolares, consequentemente, melhorando a qualidade de vida desta.

**Palavras-chave:** Síndrome Congênita do Zika Vírus. Relação família e escola. Educação Inclusiva.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Humano e Educação (Grudhe/PUC-Rio) e do Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE). Bolsista do CNPq. E-mail: [camyantonioli@gmail.com](mailto:camyantonioli@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela PUC-Rio. Integrante dos Grupos de Pesquisa Educação e Mídia (Grupem/PUC-Rio) e Observatório de Educação Especial e Inclusão educacional (ObEE/UFRRJ). Professora das redes municipais de Nova Iguaçu/RJ e Duque de Caxias/RJ. E-mail: [ericavliese@hotmail.com](mailto:ericavliese@hotmail.com)

<sup>3</sup> Professora Associada do Departamento Educação e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e do Programa de Pós-Graduação em Humanidades Digitais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [marciadenisepletsch@gmail.com](mailto:marciadenisepletsch@gmail.com)

**Abstract:** This article discusses the maternal experiences and expectations regarding schooling and the development of children having multiple disabilities caused by the Congenital Zika Virus Syndrome (CZVS). This is a qualitative research and it is presented based on semi-structured interviews carried out with four mothers of CZVS children living at municipalities of the *Baixada Fluminense*, in the state of *Rio de Janeiro*, Brazil. The article shows that access to Early Childhood Education in regular classes contributed to the development of children. It was also found that, in addition to teachers' activities at school, the mothers played a key role in supporting the functionality of children at home. Therefore, the understanding of maternal conceptions is relevant because it can contribute to inclusive educational practices, promoting the participation of CZVS children on the school activities, thus improving their quality of life.

**Keywords:** Congenital Zika Virus Syndrome. Family-school relationship. Inclusive Education.

**Resumen:** Este artículo analiza las vivencias y expectativas maternas sobre la escuela y el desarrollo de niños con discapacidad múltiple que resulta del Síndrome Congénito por el Virus del Zika (SCZ). Se realizó una investigación cualitativa basada en entrevistas semiestructuradas a cuatro madres de niños con SCZ, residentes en municipios de la *Baixada Fluminense*, en el estado de *Rio de Janeiro-Brasil*. El artículo sostiene que el acceso a la Educación Infantil en clases comunes contribuyó al desarrollo de los niños. También se verificó que, además de las acciones desarrolladas por los docentes en la escuela, las madres desempeñaron un papel importante en la estimulación de la funcionalidad de los niños en el hogar. Por lo tanto, el conocimiento de las concepciones maternas es de relieve, ya que pueden contribuir a prácticas inclusivas, favoreciendo la participación de los niños con SCZ en las actividades escolares y, en consecuencia, mejorando su calidad de vida.

**Palabras-clave:** Síndrome Congénito por el Virus del Zika. Relación familia y escuela. Educación inclusiva.

## Introdução<sup>4</sup>

[...] um ser humano só pode ser compreendido imerso em suas relações sociais. A identificação das relações humanas como prática social, inclusive as que ocorrem na escola, fornece outra dimensão para o entendimento dos processos de aprendizagem (KASSAR, 2015, p. 408).

Este artigo discute as vivências e expectativas maternas sobre a escola e o desenvolvimento de crianças com deficiência múltipla decorrente da Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). A deficiência múltipla, sumariamente, pode ser explicada como um conjunto entre duas ou mais deficiências, tais como sensorial, física ou intelectual (BRASIL, 2006), que, quando associadas, impactam significativamente a vida da pessoa (PLETSCH, 2015). Desde o ano de 2018, o Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) tem tomado como foco de pesquisa os processos ligados à escolarização e ao desenvolvimento de crianças com deficiência múltipla, acometidas pela infecção do Zika Vírus. Resultados importantes dessas investigações podem ser consultados em

---

<sup>4</sup> Financiamentos: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, Processo 307.492/2018-4), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Edital Jovem Cientista do Nosso Estado (Processo E-26/202.734/2018), Edital Grupos Emergentes (Processo E-26/010.002186/2019) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Pletsch, Araújo e Rocha (2020), Pletsch e Mendes (2020), Pletsch, Sá e Mendes (2021) e Sá e Pletsch (2021).

Importante apontar que a escolarização de alunos com deficiência<sup>5</sup> vem acontecendo no Brasil, com maior intensidade, desde a década de 1990, representando um salto qualitativo na democratização do ensino para esses alunos, suscitando transformações concretas, sobretudo, com referência à inclusão educacional, que vem mudando o olhar para as possibilidades desses sujeitos e seu consequente desenvolvimento (GLAT, 2008; PLETSCHE, 2014). Especificamente, no que tange a alunos com deficiência múltipla, na realidade brasileira, é recente a realização de pesquisas acerca da escolarização desse público (PLETSCHE; SÁ; MENDES, 2021). Igualmente, as concepções e políticas que nortearam, ao longo dos anos, o campo de pesquisa da Educação Especial evidenciam a ausência de ações específicas aos sujeitos que apresentavam deficiência múltipla (KASSAR, 1999; NUNES, 2016; ROCHA, 2018).

Ao adentrar pelo cenário da deficiência múltipla em decorrência da SCZV, é possível perceber que as crianças com essa síndrome podem apresentar como características calcificação intracraniana e volume cerebral diminuído, microcefalia ou outras alterações do sistema nervoso central (SÁ *et al.*, 2019). Este é um quadro que impacta o desenvolvimento global da criança e pode englobar funcionalidades motoras, visuais, de alimentação e cognição, impondo uma vida com condições crônicas complexas (CCC) de saúde (SÁ *et al.*, 2019; MENDES *et al.*, 2020). Importante destacar que não são todas as crianças com SCZV que apresentam deficiência múltipla. Estudos recentes vêm mostrando que algumas crianças podem apresentar transtorno do espectro autista ou deficiência intelectual (VIANNA *et al.*, 2019). A partir da definição desse quadro clínico, as crianças com a SCZV podem apresentar características específicas de desenvolvimento, acompanhadas de impactos significativos em seu cotidiano, no de suas famílias e em sua inclusão escolar (PLETSCHE, 2019).

No Brasil, o período entre 2015 e 2016 foi marcado pela epidemia do Zika Vírus. A maior parte dos casos de SCZV aconteceu nas regiões Nordeste e Sudeste. Entre os anos de 2015 e 2020, o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) recebeu 19.492 notificações de casos suspeitos de SCZV e outras etiologias infecciosas, dos quais 3.563 (18,3%) casos foram confirmados com a síndrome do Zika Vírus. O estado do Rio de Janeiro ocupa, seguido pela região Nordeste, a segunda posição com maior número de casos, sendo a região da Baixada Fluminense a mais acometida no estado.

---

<sup>5</sup> Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei n.º 13.146/15, no Art. 2, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

O tempo passou, e o assunto da SCZV agora passa a ser acompanhado de novos debates, como, por exemplo, a chegada das crianças com a SCZV na escola e as articulações de trabalhos intersetoriais dedicados a acompanhar essa escolarização, a saúde e o desenvolvimento integral desse grupo (DINIZ, 2016; PLETSCH; MENDES, 2020; SÁ, *et al.*, 2019). Por se tratar de uma CCC de saúde, a pessoa com a SCZV demandará de atenção e cuidado durante toda a vida (SÁ *et al.*, 2019), logo, é imprescindível a discussão sobre a qualidade de vida da criança e da família.

Nessa direção, cabe inferir que as desigualdades sociais afetam o Brasil como um todo, e, diante disso, muitas das famílias de crianças com SCZV enfrentam diariamente problemas relacionados à falta de recursos para atender às necessidades básicas, como, por exemplo, uma moradia digna, a compra de comida e remédios necessários para as demandas colocadas pelos filhos acometidos pela SCZV. Neste contexto todo, ainda existem as demandas por atendimentos clínicos, acesso aos espaços e recursos que poderiam melhorar a qualidade de vida e viabilizar maior participação social e desenvolvimento dessas crianças – fato é: as mães buscam e lutam diariamente para manter seus filhos bem, buscam por ajuda, não raras vezes, desdobram-se para oferecer aos filhos, no mínimo, o essencial para que tenham ‘vida’, essa mesma ‘vida’ que é abandonada/ignorada/pouco assistida pelo poder público.

Desta maneira, passado o momento inicial de compreender o que estava acontecendo e principalmente de conter a epidemia, a preocupação passou a voltar-se para as questões vinculadas à educação dessas crianças, com sua entrada na escola, o que tem suscitado uma reflexão no que concerne às condições efetivas de sua permanência, envolvendo práticas pedagógicas e conhecimentos a eles destinados. Posto isso, o objetivo deste artigo foi conhecer e discutir as vivências maternas e as expectativas com relação ao desenvolvimento da criança com SCZV, buscando compreender o papel da Educação Infantil na promoção desse desenvolvimento a partir das concepções das mães.

### **Procedimentos e escolhas metodológicas**

A pesquisa integra um projeto interinstitucional multidisciplinar, aprovado pelo Protocolo de Ética 135/2021, Processo n.º 23083.031153/2019-40, estruturado em três eixos, a saber: 1) criança e família; 2) escola e professores; 3) intersetorialidade, nos quais tem sido desenvolvido um conjunto de estudos e de ações intersetoriais de educação, saúde e assistência social, na promoção da escolarização e do desenvolvimento integral, de crianças com SCZV, na Baixada Fluminense (PLETSCH, 2019). O projeto é constituído por cerca de 50 pesquisadores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e da Fundação

Oswaldo Cruz (Fiocruz), com integrantes da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e do Instituto Fernandes Figueira (IFF), como já informado em artigos anteriores (PLETSCH; ARAÚJO; ROCHA, 2020; PLETSCH; SÁ; MENDES, 2021).

Essa etapa da pesquisa integra o primeiro eixo que foi realizado nos domicílios das famílias; neste caso, a maioria constituída somente pelas mães, das crianças com deficiência múltipla em decorrência da SCZV. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no primeiro semestre de 2021. Todas foram gravadas em vídeo e áudio e transcritas na íntegra, com duração de 25 a 40 minutos.

As participantes foram mulheres, mães entre 27 a 35 anos, moradoras de municípios da Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro. Vale dizer que a Baixada Fluminense é uma região com grandes desigualdades sociais, problemas educacionais como evasão e baixos índices nas avaliações nacionais, assim como apresenta problemas ambientais, comuns aos grandes centros nacionais e da América Latina. O quadro a seguir sistematiza dados sobre as mães e suas filhas.

**Quadro I** – Caracterização das mães e suas filhas

Participante Família	Filho(a)	Caracterização
Amarilis – mãe, 28 anos de idade	Luana – 5 anos de idade	Nasceu com a SCZV e apresenta deficiência múltipla, classificação pelo GMFCS NÍVEL V <sup>6</sup> , usa cadeira de rodas manual adaptada; utiliza como dispositivos para adaptação: órtese para braços e pernas (AFO), não é oralizada, não tem mobilidade nas mãos e nos braços.
Rosa – mãe, 27 anos de idade	Emília – 5 anos de idade	Nasceu com SCZV e apresenta deficiência múltipla, classificação pelo GMFCS NÍVEL II, com dificuldades na oralidade e pequenas limitações na mobilidade.
Dália – mãe, 35 anos de idade	Aline – 5 anos de idade	Nasceu com microcefalia e apresenta deficiência múltipla, classificação pelo GMFCS NÍVEL III, e dificuldades na oralidade.
Íris – mãe, 32 anos de idade	Laura – 5 anos de idade	Nasceu com SCZV e apresenta deficiência múltipla, classificação pelo GMFCS NÍVEL III, e dificuldades na oralidade.

**Fonte:** elaborado pelas autoras, 2021.

Conforme as premissas da análise qualitativa e do objetivo deste artigo, elegeram-se cinco eixos para a discussão dos dados: a) o trabalho das mães como principais cuidadoras; b) a renda insuficiente para atender às necessidades básicas e à qualidade de vida de suas filhas e delas próprias; c) os incentivos diários das mães para o desenvolvimento das filhas com SCZV; d) experiências no momento pandêmico com o ensino remoto e a importância da educação inclusiva; e, e) perspectivas

---

<sup>6</sup> O Sistema de Classificação da Função Motora Grossa (GMFCS) foi usado no projeto e “é um sistema de classificação clínica de cinco níveis que descreve a função motora grossa de pessoas com paralisia cerebral. É baseado no movimento iniciado voluntariamente, com ênfase no sentar-se, transferências e mobilidade. As distinções são baseadas nas limitações funcionais, na necessidade de dispositivos manuais para mobilidade (tais como andadores, muletas ou bengalas) ou mobilidade sobre rodas, e em menor grau, na qualidade do movimento” (PALISANO *et al.*, 2007, p. 1).

futuras. Para a análise dos dados, teve-se como base a teoria histórico-cultural de Vigotski (1997, 2001, 2007).

## **Resultados e discussões**

Em 2015, a epidemia de Zika Vírus despertou preocupações sobre políticas públicas e ações de proteção social e de trabalhos direcionados ao desenvolvimento infantil dos nascidos acometidos pela síndrome. Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando uma turbulência política e econômica, somada às frequentes ameaças aos direitos sociais e à pesquisa científica nacional. Relacionado a isso, as falas das mães entrevistadas nesta pesquisa evidenciaram a emergência do debate sobre a intersecção: pobreza e deficiência.

A Medida Provisória 894, referente à pensão a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, para algumas famílias, ainda é parte de uma luta judicial. A medida existe, no entanto, há falhas por parte do Estado em assumir posição de reparação e de construção de ações que visem aos direitos sociais dessa população e das suas famílias (PEREIRA *et al.*, 2021). Como relatado pelas mães que participaram desta pesquisa, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é um benefício assistencial à pessoa com deficiência, acaba por ser o único apoio financeiro recebido pelas famílias, sobre isso uma mãe relatou: “E nem o benefício dá conta de pagar os remédios, porque às vezes o governo acha que o benefício é grande coisa e com isso a gente vê que não dá para quase nada.” (Amarílis, entrevista em 5/2/2021). Para estas famílias, somadas às necessidades de moradia, alimentação, locomoção, medicamentos, gastos domésticos, entre outros, o resultado revela a flagrante desigualdade social.

Outro ponto de fundamental importância foi com relação às mães participantes deste estudo se declararem como as principais cuidadoras das suas filhas. Cuidadoras com dedicação exclusiva. As necessidades de cuidado diário que demandam essas crianças fizeram com que essas mães não trabalhassem fora de casa, ou seja, a renda advém de outra pessoa da família ou de benefícios sociais. Para Kittay (2011), existem cobranças “sociais/invisíveis” sobre a atuação das mães no desenvolvimento dos filhos com deficiência. Sobre essas cobranças, tem destaque a realidade da mãe da pessoa com deficiência que demanda maior necessidade de apoio (GILMORE *et al.*, 2016). Kittay, Jennings e Wassuna (2005) apontam para a construção social que associa o cuidado (aqui entra o dar apoio e suporte) como algo da ordem da natureza feminina. Essas autoras também discutem sobre a elevada presença de mulheres desempenhando integralmente o papel de cuidadoras de pessoas com deficiência.

Importante debater, a partir de uma leitura das interdependências, que o cuidado não pode ser encarado como algo da ordem da natureza da mulher (SÁ et al., 2019). Dália foi a única mãe que relatou ter uma rede de apoio com a qual pode contar para cuidar a filha. Esta mãe comenta:

[...] a gente tem que trabalhar o nosso, eu penso muito assim [...] eu também tenho as minhas preocupações, as minhas coisas e eu tenho que correr atrás dos meus sonhos. Também porque se não a gente fica sempre focado na criança, ela é a minha vida, mas eu também tenho a minha. (Dália, entrevista em 18/2/2021).

Não se pode deixar de mencionar que dos já conhecidos e ainda crescentes casos de adoecimento materno acarretados pelas sobrecargas diárias de cuidados exclusivos dos filhos e do lar; dos constantes relatos de mães que deixaram empregos para dedicar-se, em tempo integral, aos cuidados dos filhos com deficiência (MARQUES et al., 2021). Compreendemos que este não pode ser um debate do íntimo da vivência familiar, quando o que está em questão são faltas de um sistema público, de enfrentamento e acolhimento desse debate tão importante, principalmente porque tange à assistência social e à saúde pública. Estendendo o debate, uma rede de apoio familiar pode representar algo complexo/inexistente para muitas das mães de pessoas com deficiência. É neste ponto que entra o direito de acesso à escolarização e o diálogo sobre as relacionalidades humanas.

Segundo Davy (2019), existe uma relacionalidade que é constitutiva do ser humano, ou seja, relações interpessoais e conexões com os outros são essenciais para o desenvolvimento e para a manutenção da vida. Esta forma de perceber a relacionalidade oferece uma maneira de pensar as tensões entre a ética do cuidado e os estudos da deficiência de forma produtiva. Sobre isso, o compartilhamento de experiências e informações entre as mães também é uma ação profícua para visualizar as relacionalidades. Conforme o relato de uma mãe, no município no qual reside, aconteciam encontros promovidos pela prefeitura “[...] todo mês eles reúnem as mães para poder conversar. Isso é muito bom, e é preciso para poder trocar informações [...] tem mães que tem muitas condições e outras que nem tanto” (Amarílis, entrevista em 18/2/2021). As condições, referidas na fala da mãe, mais uma vez revelam a urgência do diálogo sobre as desigualdades sociais apontadas no começo deste estudo.

Em sequência, outro aspecto importante desta investigação envolveu a comunicação. Algumas pessoas com deficiência múltipla que não usam a linguagem de modo funcional ou não têm a oralidade desenvolvida, cotidianamente, apresentam necessidade de constante suporte e requerem assistência de outras pessoas em muitos dos aspectos de suas vidas (MOREIRA, 2021). Nesses casos, os vínculos mostram-se fundamentais entre pessoa com deficiência e pessoa que oferece suporte. Identificamos, nos relatos das mães, o importante papel da escola no desenvolvimento da comunicação. Vejamos:

A comunicação dela, depois da escola, eu acho que ficou melhor. Porque antes disso era muito difícil, [...] têm alguns parentes meus que não moram aqui, mas vêm visitar às vezes e não entendem nada do que ela fala; as professoras dela entendem tudo o que ela fala e tinha coisas que eu perguntava para elas. Lá na escola tinha coisas que eu perguntava: ‘- ah, filha, o que foi, eu não entendo’ e a professora falava: [...] ela está dizendo que não quer ir embora (Rosa, em entrevista em 18/2/2021).

Comunicar-se é algo complexo, logo, é importante que exista incentivo cotidiano para que a criança com deficiência interaja e comunique-se, seja por expressões faladas ou não, bem como é fundamental que a pessoa que está oferecendo suporte aprenda a observar e a interpretar as falas, os movimentos corporais, as expressões faciais e não verbais que a outra pessoa está fazendo (MOREIRA, 2021; PLETSCH; SÁ; ROCHA, 2021).

No relato anterior, da mãe Rosa, podemos observar a relação entre a convivência, o vínculo e a comunicação. Esses três aspectos, imbricados ao apoio, são fundamentais para a escolarização e para o desenvolvimento da criança e estão atrelados a uma necessidade psicológica importante: o vínculo (GILMORE *et al.*, 2016). Expressões são produzidas pela criança e possuem significados, coube à professora e à mãe a leitura e o entendimento do que fora comunicado, sabendo que essas relações comunicativas são construídas na convivência e nas relações sociais, como defendido por Vigotski (2001, 2007). Não por acaso, estudos destacam o papel fundamental da comunicação e da estimulação das interações comunicativas da pessoa com deficiência e as pessoas de sua convivência (DOWLING *et al.*, 2019; MOREIRA, 2021).

A perspectiva histórico-cultural de Vigotski (1997, 2001, 2007) parece ser um caminho para as reflexões teóricas da aprendizagem e do desenvolvimento humanos. Influenciada pelo materialismo histórico de Karl Marx e Friederich Engels, a teoria nos auxilia a compreender o sujeito como um ser constituído nas relações com os outros, histórica e culturalmente, sendo ele capaz de processar informações e transformá-las posteriormente em condutas.

Como observado nos relatos das mães, a matrícula na Educação Infantil teve um papel fundamental no desenvolvimento das crianças com SCZV. Falando sobre o desenvolvimento da sua filha, Dália relata que a escola foi “um divisor de águas”. De um cenário no qual a convivência se restringia à relação diária entre mãe e filha, em resposta à inclusão escolar e à convivência com outras pessoas, a criança respondeu com avanços no desenvolvimento “[...] ela era muito agarrada comigo, e depois que ela foi para creche, ela começou a brincar com as crianças [...] era uma coisa que ela não fazia e não interagia. [...] e ela começou a falar, começou a prestar atenção e começou a ficar mais atenta” (Dália, entrevista em 18/2/2021).



Em outro relato significativo para pensarmos na fundamental importância da educação, vemos o papel dos profissionais da saúde no incentivo à realização da matrícula da criança na creche. Uma mãe relatou:

E eu não queria colocar ela, com medo, só que a médica do Instituto Fernandes Figueira falou comigo: ‘- Rosa você tem que colocar ela [...] vai ser bom para ela e para o desenvolvimento dela.’ Então, eu falei que estava com muito medo porque ela é muito nervosa, essas coisas e tal. [...] e realmente chegou uma fase depois de uns quatro meses que eu vi que melhorou, melhorou 100%. E ela não gostava de brincar com as outras crianças que ela não conhecia a não ser a irmã dela e o primo dela, e agora ela interage com várias crianças (Rosa, entrevista em 18/2/2021).

No relato supratranscrito fica evidente a necessidade e importância da inclusão escolar para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento humano, para Vigotski (1997), é visto como um processo ininterrupto durante toda a vida da pessoa, logo, é um processo que não compreende uma linearidade ou acúmulo de habilidades, dá-se nas relações diárias com os outros. Abarcado ao debate da educação, está o trabalho do mediador/agente de apoio à inclusão, que toma fundamental importância na inclusão criança com SCZV, segundo os relatos das mães, como observado na seguinte fala de Dália:

[...] eu sempre falo que precisa de mediador porque sem mediador não adianta. [...] a Aline tem esse negócio de na primeira colher fazer um drama e com o mediador ela iria conhecer mais e como iria ficar o tempo todo ela ia acabar se acostumando com o mediador e a adaptação seria melhor. Lá na minha escola, que é uma escola do campo e tem mediador (Dália, entrevista em 18/2/2021).

Cabe aqui salientar que o conceito de mediação proposto e considerado por Vigotski (2007) funciona como um dos elementos constitutivos da formação humana. Nesta perspectiva, no ambiente escolar, o professor, o agente de apoio, o colega da turma, todos em alguma medida tomam papéis de mediadores. Ainda segundo Vigotski (2007), a mediação é provocadora de transformações, encerra intencionalidade socialmente construída e promove desenvolvimento. Alimentando ainda mais este debate, podemos aduzir que, no caso de crianças com SCZV, que apresentam uma diversidade nas funcionalidades motora, visual, auditiva, linguagem, entre outras, os recursos de comunicação alternativa<sup>7</sup> poderão funcionar como instrumentos que viabilizarão processos de compensação, a partir da utilização mediada pelo professor e pela família (PLETSCH, 2015; PLETSCHE; SÁ; ROCHA, 2021).

---

<sup>7</sup> “[...] a comunicação alternativa envolve o uso de gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos, fotografias, gravuras, desenhos, linguagem alfabética e ainda objetos reais, miniaturas, voz digitalizada, dentre outros, com o meio de efetuar comunicação face a face de indivíduos incapazes de usar a linguagem oral. Ela é considerada como uma área que se propõe a compensar temporária ou permanentemente a dificuldade do indivíduo em se comunicar” (GARCIA; PASSONI, 2008, p. 11).

Portanto, em um cenário em que uma pessoa não apresenta o uso funcional da fala oral, a comunicação alternativa pode atuar como ferramenta que possibilita os processos de aprendizagem e desenvolvimento, como relacionado no estudo de Rocha e Pletsch (2018).

Com relação ao incentivo às escolhas, uma mãe relatou que a filha aprendeu a pedir quando deseja algo, como mencionado no relato:

[...] ela aprendeu a fazer xixi no banheiro e a fralda ela só está usando para dormir, ela pede para fazer xixi. Ela come de tudo [...] entre frutas e doces ela escolhe. [...] Igual agora, ela não quis o que tinha de frango, eu perguntei a ela se queria frango, ovo ou hambúrguer ela não quis, apenas o macarrão, e comeu só o macarrão (Rosa, entrevista em 18/2/2021).

Como colocado por Gilmore *et al.* (2016), cada vez mais, há discussões sobre a importância de incentivar desde cedo, ainda na infância, as pessoas com deficiência a fazerem escolhas pessoais e a tomarem decisões. Isso significa que avanços estão sendo alcançados com maior respeito à autonomia e aos direitos individuais. O que vemos no relato de Rosa é o reconhecimento de que, na simplicidade da escolha cotidiana, existe um importante feito da filha. A criança escolher o que deseja comer, e comunicar a sua escolha, representa um passo importante dado no sentido do seu desenvolvimento, da sua participação social e da sua autonomia, como já sinalizado no artigo de Sá e Pletsch (2021), sobre a participação nas atividades do dia a dia de crianças com SCZV.

O diálogo sobre o conceito de autonomia e independência é amplo, sumariamente, tomamos a independência ligada ao desempenho de ações e a autonomia como diretamente relacionada à participação social, as tomadas de decisões (do cotidiano 'sim' e 'não') e as interdependências. Quando mencionamos desses dois conceitos, consideramos a diversidade humana, os diversos tempos e formas de desenvolvimento que as pessoas podem ter e das interdependências que são constitutivas da vida de todos nós.

Importante trazer que a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)<sup>8</sup> faz uma importante definição sobre os conceitos de envolvimento e participação do indivíduo em situações que envolvam aspectos de sua vida, ou seja, a participação que abarcam atividades escolares e também aquelas realizadas no ambiente de suas casas e da comunidade em que participam (PLETSCH; SÁ; ROCHA, 2021). Essa participação pode ser compreendida por aquelas situações que envolvem para além dos fatores pessoais, mas também os relacionados às suas condições de saúde e fatores do meio ambiente. O que significa dizer que se um ambiente for favorecedor para a interação do indivíduo com o meio em que ele está inserido, provavelmente seu envolvimento e participação,

---

<sup>8</sup> Proposta pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

assim como suas chances de aprendizagem e desenvolvimento, tendem a serem maiores. É preciso “compreender que o conceito de corpo deficiente ou pessoa com deficiência devem ser entendidos em termos políticos e não mais estritamente biomédicos” (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009, p. 65). Nesta mesma direção de discussão, uma mãe relatou:

Antigamente, eu tinha uma mania muito de protegê-la e ela era muito agarrada comigo e depois eu vi que ela tinha que ser independente então eu a deixo se virar. Ainda a Aline não sobe escada, o equilíbrio dela é prejudicado por isso ela não consegue então ela não sobe e nem desce. Mas ela sobe engatinhando e desce de bunda, ela dá o jeito dela, e eu a deixo pensar em como fazer as coisas (Dália, entrevista em 18/2/2021).

As relações de apoio e suporte são partes das vivências e das complexas redes de relações sociais, logo, não deslegitimam a autonomia e/ou a independência de quem depende de cuidados diários. Isto é, executar uma ação de um modo diferente não a deslegitima, pelo contrário, torna ainda mais pungente a discussão sobre a diversidade humana e sobre os diferentes modos pelos quais as pessoas se desenvolvem – seja descendo uma escada e/ou escolhendo o que quer comer.

Em continuidade aos relatos, a falta de contato da escola com a família durante a pandemia provocada pela Covid-19 (SARS-COV-2) também foi assunto abordado pelas mães. Uma mãe relatou que ficou sabendo por uma pessoa conhecida/próxima que as atividades da turma da filha eram postadas em uma rede social virtual. Neste ponto, vemos que houve desafios na comunicação entre família e escola, contrastando ainda mais ao verificar o conteúdo das postagens, a mãe concluiu que “[...] as atividades que tinham para fazer na turma da Aline não cabiam a ela. Eram atividades como subir na lata, só que a Aline não sobe nem escadas quem dirá subir na lata” (Dália, entrevista em 18/2/2021). A importância deste tipo de relato levanta o debate de como, durante a pandemia, alunos podem ter ficado à margem da inclusão, como já amplamente apresentado por Pletsch e Mendes (2020).

Neste sentido, o desafio da escola contemporânea é tornar-se inclusiva para todos os alunos. Com um ensino de qualidade, atenuando as desigualdades, reconhecendo e respeitando a diversidade dos que ali estão matriculados. Inclusive, com a diversidade presente em uma prática que possa ser estendida ao máximo de alunos, com participação e engajamento em experiências que façam e tragam sentido para suas vidas e a de seus familiares. Ou seja:

Em outras palavras, o modo como enxergamos o aluno e as expectativas que temos sobre ele acabam impactando as práticas que dirigimos para eles e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento. [...] Mas, é preciso ter clareza que para trilhar outros caminhos de desenvolvimento faz-se necessário oferecer ao sujeito com deficiência condições sociais e educacionais para tal. (PLETSCH, 2014, p. 11).

No súbito acontecimento da pandemia, vimos escolas migrando para o ensino remoto com menos de um mês de atividades presenciais vivenciadas. Seguindo com o relato de Dália, também foi postada, na rede social virtual, uma atividade para os alunos desenharem a escola, sobre isso a mãe comentou que a filha só foi para escola um mês, então, ela não saberia como desenhar a escola. As duas atividades relatadas, a de desenhar a escola e a de subir na lata, nas palavras da própria mãe: “- não cabiam a ela”, ou seja, não incluíam a filha. Sobre isso, é fato que os professores foram resilientes e enfrentaram inúmeros desafios pessoais e profissionais para atender às novas demandas impostas pelo isolamento social e com este o trabalho no ensino remoto, agora, algo que devemos atentar é sobre a adequação das atividades propostas considerando os desafios que também emergiram do breve tempo de presença e contato dos alunos com a escola física. Além disso, sobre as dificuldades encontradas no ensino, no contexto pandêmico, “não podemos transferir tamanha responsabilidade somente para o educador dentro da sala de aula, com ou sem apoio das mídias sociais” (PESTANA; KASSAR, 2021). Diante disso,

[...] é necessário ter em mente a definição de educação que estamos buscando alcançar e a dimensão da luta que estamos a desencadear. Isso implica diferentes aspectos dentro do ambiente de ensino, levando-se em conta a realidade dos nossos alunos, o meio social, as condições de cada um e as especificidades (PESTANA; KASSAR, 2021. p.33).

Corroborando essa citação, apesar de, nos últimos anos, as políticas de educação inclusiva, e neste ponto destacamos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do ano de 2008 (BRASIL, 2008), ter propiciado progresso no acesso à escolarização, ainda vemos demandas de uma educação que inclua os alunos com deficiência múltipla. Em outras palavras, a garantia de direitos educacionais deste público continua prejudicada por não haver, nos documentos oficiais<sup>9</sup>, questões referentes às complexidades e peculiaridades dos casos e de como ocorrerá seu processo de escolarização.

Para refletirmos, expomos este último relato da mãe Irís, ao falar sobre as perspectivas de futuro para a filha Laura. A mãe comentou:

Eu espero muita coisa, principalmente que ela vá para outro colégio e se desenvolva [...] se os meus filhos estiverem com saúde está ótimo, e se o governo pudesse ajudar cada uma criança que tivesse zika --- como não ajudou a Laura – seria bom. (Irís, entrevista em 18/2/2021).

---

<sup>9</sup> Apesar de, nos últimos anos, terem sido desenvolvidos vários documentos sobre a deficiência múltipla e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), eles ainda são poucos e não são documentos norteadores de políticas públicas (ROCHA, 2018).

É importante apontar que o cenário pandêmico provocou devastadores impactos a contextos de desigualdades econômicas e sociais, o que, por conseguinte, reforçou e fragilizou ainda mais as desigualdades escolares, inclusive, a exclusão escolar. O que se faz fundamental agora é investigar o retorno das atividades das escolas no modo presencial, bem como seguir acompanhando o desenvolvimento das crianças com a SCZV e de pensarmos – lutarmos – por políticas públicas que olhem para este público.

### **Considerações finais**

Vimos de uma trajetória de pesquisa que olhou para os relatos de quatro mães para conhecer as vivências e expectativas sobre o desenvolvimento das filhas com deficiência múltipla em decorrência da SCZV; em adição, buscamos discutir sobre o papel do acesso à Educação Infantil para o desenvolvimento dessas crianças.

Ao longo deste estudo, debatemos sobre o desenvolvimento das crianças com a SCZV, nesse sentido, abarcando, mediante o diálogo, as interseções entre deficiência e suas vulnerabilidades. Destacamos que a flagrante desigualdade social afeta diariamente as vidas de muitas mães e filhas com deficiência, que enfrentam desafios cotidianamente, que vão desde ter onde morar, ter o que comer e até que remédio vai conseguir manter.

Além disso, encontramos relatos de mães que são as principais responsáveis pelos cuidados das filhas com deficiência. Sobre este ponto, costuramos discussões sobre a intersectorialidade, as interdependências e as relacionalidades. Inclusive, compreendendo a escola como agente primordial e parte desta complexa rede de cuidados e de desenvolvimento das crianças com SCZV. Compreendemos que a relação família e escola é essencial, todos estão envolvidos no processo de aprendizagem da criança. Partimos da reflexão que quanto melhor for esta aproximação, entre a escola e a família, potenciais maiores benefícios ocorrerão na participação e na funcionalidade da criança – convergindo com o que a CIF preconiza.

O desenvolvimento humano acontece ao longo da vida, aprendemos e desenvolvemo-nos nas relações com os outros – aprende-se: a escolher uma ou outra opção quando ofertada, a comunicar, a executar ações, entre outros aspectos. Cabe destacar que essas aprendizagens acontecem em diferentes momentos e locais, como, por exemplo, nos contextos da casa e da escola. A partir deste estudo, destacamos que a Educação Infantil teve (e segue tendo) papel fundamental para o desenvolvimento dessas crianças, principalmente quanto à comunicação, à participação social, ao desenvolvimento da autonomia e da independência. Ao longo do texto, inferimos e ampliamos este debate para o âmbito da escolarização com o intuito de impulsionar o pensar para a sequência da

escolarização dessas crianças. Seguem insurgentes e necessários estudos que olhem para os processos de inclusão, escolarização e para as políticas públicas em educação, inferindo sobre os modos como esses influenciarão diretamente no desenvolvimento dos alunos com deficiência múltipla com ou sem a SCZV.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da Inclusão: deficiência múltipla**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, 7 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria de Vigilância em Saúde, Ministério da Saúde. Situação epidemiológica da síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika em 2020, até a SE 45. **Boletim Epidemiológico**, v. 51, n. 47, nov. 2020. Disponível em: <[https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/11/boletim\\_epidemiologico\\_svs\\_47.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/11/boletim_epidemiologico_svs_47.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DAVY, L. Between an ethic of care and an ethic of autonomy: negotiating relational autonomy, disability, and dependency. **Angelaki Journal of the Theoretical Humanities**, v. 24, n. 3, p. 101–114, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0969725X.2019.1620461> Acesso em: 10 nov. 2021.

DINIZ, D. Vírus Zika e mulheres. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X201600500601&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X201600500601&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 10 nov. 2021.

DINIZ, D; BARBOSA, L; SANTOS, W.R. Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 64–77, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s1806-64452009000200004>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DOWLING, S. et al. Managing relational autonomy in interactions: People with intellectual disabilities. **Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities**, v. 32, n. 5, p. 1058–1066, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jar.12595> Acesso em: 10 nov. 2021.

GARCIA, J. C. D; PASSONI, I. R. **Tecnologia Assistiva nas escolas**. São Paulo, SP: Instituto de Tecnologia Social, 2008.

GILMORE, L. et al. Understanding Maternal Support for Autonomy in Young Children with Down Syndrome. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, v. 13, n. 2, p. 92–101, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jppi.12163> Acesso em: 10 de nov. 2021.

GLAT, R. Educação Inclusiva na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro: estudo etnográfico do cotidiano escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas de ensino aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. **Relatório Científico**

**entregue para a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro: Sec. Mun. de Ed. RJ, 2008.

KASSAR, M. C. M. **Deficiência múltipla e educação no Brasil discurso e silêncio na história dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

KASSAR, M. C. M. O óbvio/silenciado das marcas do humano: comentários sobre os processos educativos escolares, a partir de uma leitura das contribuições de Angel Pino. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. Especial, p. 405-418, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QFrSg4svjRGyYKCBNMDZqpy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 10 nov. 2021.

KITTAY, E. F. The ethics of care, dependence, and disability. **Ratio Juris**, v. 24, n. 1, p. 49–58, 2011. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9337.2010.00473.x> Acesso em: 10 nov. 2021.

KITTAY, E.F.; JENNINGS, B; WASUNNA, A.A. Dependency, Difference and the Global Ethic of Longterm Care. **Journal of Political Philosophy**, v. 13, n. 4, p. 443–469, 14 nov. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2005.00232.x> Acesso em: 10 nov. 2021.

MARQUES, B. M. *et al.* **Micro-histórias para pensar macropolíticas**. São Carlos: Áporo Editorial, 2021. Disponível em: [http://dan.unb.br/images/E-Books/Micro-historias\\_EBOOK\\_vf.pdf](http://dan.unb.br/images/E-Books/Micro-historias_EBOOK_vf.pdf) Acesso em: 10 nov. 2021.

MENDES, A. G. *et al.* Enfrentando uma nova realidade a partir da síndrome congênita do vírus zika: a perspectiva das famílias. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3785–3794, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.00962019> Acesso em: 10 nov. 2021.

MOREIRA, F. D. S. **PACT**: Programa de comunicação alternativa tátil para crianças com deficiência múltipla sensorial. Rio de Janeiro: Instituto Benjamin Constant, 2021.

NUNES M. L. *et al.* Microcefalia e vírus Zika: um olhar clínico e epidemiológico do surto em vigência no Brasil. **Jornal de Pediatria**, v. 92, n. 3, p. 230-240, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/jped/v92n3/pt\\_0021-7557-jped-92-03-0230.pdf](http://www.scielo.br/pdf/jped/v92n3/pt_0021-7557-jped-92-03-0230.pdf) Acesso em: 10 nov. 2021.

PESTANA, M. M. C; KASSAR, M. C. M. Educação em contexto de pandemia: breves reflexões. **RIET**, Dourados, v. 2, n. 2, p. 22-37, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/riet/article/view/14561> Acesso em: 10 de nov. 2021.

PEREIRA, S. O *et al.* Deficiência e transferência de renda diante da síndrome congênita do Zika vírus: um estudo sobre a Medida Provisória 894/2019. **Interface** (Botucatu), 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200144> Acesso em: 10 nov. 2021.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar**: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU/ EDUR, 2014.

PLETSCH, M. D. Deficiência múltipla: Formação de professores e processos de ensino-aprendizagem. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 155, p. 11–27, 2015. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053142862>

PLETSCH, M. D. Pesquisas e ações intersetoriais entre educação e saúde na promoção da escolarização e do desenvolvimento de crianças com síndrome congênita do zika vírus na Baixada Fluminense. **Projeto de Pesquisa**. Nova Iguaçu: UFFRJ, 2019.

PLETSCH, M. D.; MENDES, G. M. L. Entre a espera e a urgência: propostas educacionais remotas para crianças com Síndrome Congênita do Zika Vírus durante a pandemia da COVID-19. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2017126, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.17126.106> Acesso em: 10 nov. 2021.

PLETSCH, M. D.; ARAÚJO, P. C. A.; ROCHA, M. G. S. A importância de ações intersetoriais como estratégia para a promoção da escolarização de crianças com a síndrome congênita do zika vírus (SCZV). **Revista Educação em Foco**, Universidade Federal Juiz de Fora, v. 25, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22195/2447-524620202532924>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PLETSCH, M. D.; SÁ, M. R. C; MENDES, G.M.L A favor da escola pública: a intersetorialidade como premissa para a educação inclusiva. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, jul./set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2021.58619>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PLETSCH, M. D.; SÁ, M. R. C; ROCHA, M. G. S. Tecnologias Assistivas para a comunicação e participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, 2021. (No prelo).

ROCHA, M. G. S. **Os Sentidos e Significados da Escolarização de Sujeitos com Deficiência Múltipla**. 2018. 291 fls. Tese. (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2018. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4851>. Acesso em: 10 nov. 2021.

ROCHA, M. G. S; PLETSCH, M. D. Comunicação alternativa como instrumento externo de compensação: possibilidades para a aprendizagem de alunos com múltiplas deficiências. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 4, n. 1, p. 174-185, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/riae.2018.32774> Acesso em: 10 nov. 2021.

SÁ, M. R. C. *et al.* De toda maneira tem que andar junto: ações intersetoriais entre saúde e educação para crianças vivendo com a síndrome congênita do vírus Zika. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 12, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00233718>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SÁ, M. R. C; PLETSCH, M. D. A participação de crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus: intercessões entre o modelo bioecológico e a funcionalidade humana. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2117383, p. 1-15, 2021 Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 10 de nov. 2021.

VIANNA, P. *et al.* Zika Virus as a Possible Risk Factor for Autism Spectrum Disorder: Neuroimmunological Aspects. **NeuroImmunoModulation**, v. 25, n. 5-6, p. 320-327, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1159/000495660> Acesso em: 10 nov. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Fundamentos da defectologia**. Madrid: Visor, 1997. Tomo V (Obras Completas).



VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYGOTSKY, Lev. Semionovitch. *In*: COLE, Michael *et al.* (Orgs.). **Formação social da mente**. Tradução José Cipolla Neto. Luiz Siqueira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 224

Recebido em: 24 de novembro de 2021.

Versão corrigida recebida em: 27 de novembro de 2021.

Aceito em: 27 de novembro de 2021.

Publicado *on-line* em: 16 de dezembro de 2021.

